

31/agosto/2010

À TRIP - Linhas Aéreas S/A

At.: Sr. Marcello Mascotto Iannalfo

Ref.: Relatório sobre Revisão Limitada dos Auditores Independentes nº 6191-2010-7

Prezado senhor,

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S^a., as Demonstrações Contábeis da TRIP - Linhas Aéreas S/A, acompanhadas do Relatório sobre Revisão Limitada dos Auditores Independentes, referentes ao trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2010.

Atenciosamente,



Ricardo Afonso Parra

TRIP - Linhas Aéreas S/A

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório sobre Revisão Limitada dos
Auditores Independentes**

Em 30 de junho de 2010

Relatório sobre revisão limitada dos auditores independentes

Aos administradores e acionistas da empresa TRIP - Linhas Aéreas S/A:

1. Efetuamos uma revisão limitada das demonstrações contábeis intermediárias da TRIP - Linhas Aéreas S/A em 30 de junho de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias; (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão limitada, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações contábeis intermediárias acima referidas para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.3, durante o ano de 2009 foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) diversos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), com vigência obrigatória para 2010, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Resolução CFC nº 1.281/09, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009 e, portanto, sem contemplar estas alterações. Em consonância com esta faculdade, também não estão contempladas estas alterações nas informações contábeis relativas aos saldos patrimoniais de 31 de março de 2010, bem como nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido, do resultado e dos fluxos de caixa do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2009.
5. As informações patrimoniais de 31 de março de 2010, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas e sobre elas emitimos nosso parecer de auditoria, sem ressalvas, datado de 09 de julho de 2010. As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2009 foram por nós revisadas e sobre elas emitimos nosso relatório de revisão especial datado de 21 de agosto de 2009, que continha comentários relacionados a: (i) ausência de estudo sobre o valor recuperável dos ágios apurados na aquisição de rotas; (ii) ausência de revisão da vida útil-econômica das aeronaves e (iii) ausência de reconhecimento de provisão para perda em aplicações junto ao Banco Santos e respectiva atualização do empréstimo a pagar, também junto à instituição financeira. Estas ressalvas não se apresentam para as demonstrações encerradas em 2010.

Campinas, 27 de agosto de 2010.

Terco

Grant Thornton
Auditores Independentes
CRC 2SP-018.196/O-8



Ricardo Afonso Parra
Contador CRC 1SP-237.688/O-4

TRIP - Linhas Aéreas S/A

Balancos patrimoniais em 30 de junho e 31 de março de 2010

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	57.808	63.251
Contas a receber	4	79.814	75.865
Estoques	5	49.009	40.744
Tributos a recuperar	-	2.070	3.680
Créditos diversos	-	1.342	6.304
Despesas do exercício seguinte	6	2.689	4.237
Total do ativo circulante		192.732	194.081
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Despesas do exercício seguinte	6	9.300	9.548
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	11.828	11.828
Contas a receber	4	8.169	7.374
Depósito em garantia e judiciais	7	10.420	8.509
		39.717	37.259
Imobilizado líquido	8	555.066	503.253
Intangível líquido	9	54.708	54.708
Total do ativo não circulante		649.491	595.220
Total do ativo		842.223	789.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRIP - Linhas Aéreas S/A

Balanços patrimoniais em 30 de junho e 31 de março de 2010

(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	50.575	59.439
Fornecedores	11	47.398	42.161
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	29.389	24.591
Transportes a executar	13	58.188	46.700
Contas a pagar por aquisições de rotas	15	9.167	10.383
Contas a pagar	16	10.404	18.212
Total do passivo circulante		<u>205.121</u>	<u>201.486</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	470.921	417.480
Fornecedores	11	6.551	7.078
Adicional tarifário a pagar	14	14.572	12.582
Contas a pagar	16	1.861	2.020
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	5.145	5.477
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	14.309	16.043
Provisão para contingências	17	5.666	5.666
Total do passivo não circulante		<u>519.025</u>	<u>466.346</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	18	84.166	84.166
Reservas de capital	18	83.995	83.995
Prejuízos acumulados	-	(50.084)	(46.692)
		<u>118.077</u>	<u>121.469</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>842.223</u></u>	<u><u>789.301</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRIP - Linhas Aéreas S/A

Demonstrações do resultado para os semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita com prestação de serviços	-	321.589	190.937
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	-	(12.067)	(7.219)
Receita operacional líquida		309.522	183.718
 Custo dos serviços prestados	-	(268.191)	(145.293)
 Lucro bruto		41.331	38.425
 Despesas operacionais:			
Administrativas e gerais	-	(26.010)	(25.186)
Comerciais	-	(6.808)	(9.676)
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	(1.748)	(34)
		(34.566)	(34.896)
 Lucro operacional antes do resultado financeiro		6.765	3.529
 Resultado financeiro			
Despesas financeiras	-	(24.673)	(10.415)
Receitas financeiras	-	7.667	5.018
Variações cambiais	-	(6.264)	25.244
		(23.270)	19.847
 Lucro/(prejuízo) antes da provisão para imposto de renda e contribuição social		(16.505)	23.376
 Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(826)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19	4.660	2.628
 Lucro/(prejuízo) do período		(11.845)	25.178
 Lucro/(prejuízo) por ação - R\$		(0,1407)	0,3126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRIP - Linhas Aéreas S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o semestre findo em 30 de junho de 2010

(Valores expressos em milhares de Reais)

Notas	Capital social integralizado	Reserva de capital		Prejuízos acumulados	Total
		Ágio	Capital		
Saldos em 31 de dezembro de 2009	80.542	69.654	55	(38.239)	112.012
Aumento de capital	18 3.624	14.286	-	-	17.910
Prejuízo do período	-	-	-	(11.845)	(11.845)
Saldos em 30 de junho de 2010	<u>84.166</u>	<u>83.940</u>	<u>55</u>	<u>(50.084)</u>	<u>118.077</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRIP - Linhas Aéreas S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2010	2009
Das atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(16.505)	23.376
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	25.801	13.481
Baixa de ativo imobilizado	8.726	-
Variação cambial - adiantamento para partes relacionadas	805	2.073
Reversão de provisão para contingências	-	(42)
Decréscimo/(acrécimo) em ativos		
Contas a receber	(19.913)	(12.964)
Estoques	(12.438)	(9.449)
Tributos a recuperar	1.218	(1.355)
Créditos diversos	128	(1.917)
Despesas do exercício seguinte	3.318	1.877
Depósito em garantia e judiciais	(5.109)	(513)
(Decréscimo)/acrécimo em passivos		
Fornecedores	13.466	7.796
Obrigações trabalhistas e tributárias	7.336	4.406
Transportes a executar	14.591	9.378
Adicional tarifário	3.677	1.987
Contas a pagar por aquisição de rotas	(9.156)	(10.453)
Outros passivos	(8.261)	(345)
Caixa proveniente das operações	7.684	27.336
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(826)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.684	26.510
Acrécimo do imobilizado	(73.763)	(212.547)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(73.763)	(212.547)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos líquidos das amortizações	79.150	137.585
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	79.150	137.585
Das atividades de financiamento com acionistas		
Aumento de capital	17.910	36.479
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento com acionistas	17.910	36.479
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	30.981	(11.973)
Caixa e equivalentes de caixa (incluem títulos e valores mobiliários)		
No início do exercício	26.827	19.643
No final do exercício	57.808	7.670
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	30.981	(11.973)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A TRIP - Linhas Aéreas S/A (doravante denominada "Companhia") foi constituída em 18 de julho de 1997 e está sediada no Município de Campinas, Estado de São Paulo. Seu funcionamento foi autorizado pela Portaria nº 1 E/DGAC de 18 de fevereiro de 1998, como empresa de serviços de transporte aéreo regular, de âmbito regional, tendo iniciado as operações neste mesmo ano.

A Companhia tem por objeto a exploração de serviços de transporte aéreo regular de passageiros e/ou cargas e as atividades complementares de transporte aéreo por frete de passageiros, cargas e/ou mala postal, de táxi aéreo, de manutenção e reparos em aeronaves, motores, partes componentes e peças, serviços de hangaragem, atendimento de rampa, limpeza de aeronaves e abastecimento de material de comissária de bordo.

A Companhia possui destaque no transporte aéreo regional do Brasil, operando em mais de 70 destinos, em todas as regiões, tendo em sua frota aeronaves direcionadas para aviação regional, como o ATR 72-500 e os jatos Embraer 175. Em 30 de junho de 2010 a Companhia operava com três aeronaves própria, cinco financiadas, quinze arrendadas na modalidade leasing operacional e onze arrendadas na modalidade de leasing financeiro, totalizando assim trinta e quatro aeronaves em atividade.

Aquisição de rotas da Total Linhas Aéreas S/A

Em janeiro de 2008 a Companhia adquiriu a operação de passageiros da empresa Total Linhas Aéreas S/A. A Companhia não adquiriu a referida entidade legal, mas sim os ativos relacionados às operações de passageiros, representados da seguinte forma:

<i>Componente</i>	<i>R\$</i>
<i>Estoques</i>	<i>8.650</i>
<i>Imobilizado, substancialmente aeronaves</i>	<i>10.477</i>
<i>Intangíveis, substancialmente rotas</i>	<i>39.180</i>
	<i>58.307</i>

Aquisição de rotas da Rico Linhas Aéreas S/A

Em julho de 2008, a Companhia adquiriu as operações ocidentais brasileiras da Rico Linhas Aéreas pelo montante de R\$13.059. Em exercícios anteriores, a Companhia já havia adquirido as operações orientais brasileiras desta mesma Empresa.

Admissão de novos acionistas

Em setembro de 2008, a SkyWest adquiriu uma participação de 6,7% na Companhia, aportando a quantia de R\$8.075, sendo R\$3.240 contabilizado como reserva de ágio. Em março de 2009, a Companhia recebeu o segundo aporte de capital da empresa SkyWest no montante de R\$36.479, sendo R\$28.106 contabilizado como reserva de ágio. Com este aporte, a SkyWest passou a deter uma participação de 16,40%. Em março de 2010, a SkyWest realizou o último aporte previsto em contrato no montante de US\$10.000, correspondente a R\$17.910, sendo R\$14.286 contabilizado como reserva de ágio, atingindo uma participação total de 20% do capital social da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, nas normas estabelecidas pela Conselho Federal de Contabilidade (CFC), nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores, vigentes até 31 de dezembro de 2009.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, devendo ser destacado os seguintes aspectos:

- As receitas com venda de cupons e passagens aéreas são reconhecidas no resultado do exercício quando da efetiva prestação do serviço de transporte;
- Os cupons ou passagens aéreas vendidos em que a prestação de serviço ainda não tenha sido realizada são contabilizados na rubrica "Transportes a realizar" no passivo circulante.

2.2.2. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação destas demonstrações contábeis.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

2.2.5. Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

2.2.6. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear considerando o valor residual projetado e a estimativa de vida útil dos bens. As taxas utilizadas são mencionadas na Nota Explicativa nº 8. Os gastos com manutenção e reparos, relevantes e que influenciam a vida útil dos bens, são contabilizados acrescidos ao custo original do bem.

2.2.8. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro (operação em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo) são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear considerando o valor residual projetado e a estimativa de vida útil às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa em uma base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nesta base.

2.2.9. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

2.2.10. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.11. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.12. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, quando necessário, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações contábeis do período findo em 30 de junho de 2010, não transacionou operações de longo prazo (e tampouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

2.2.13. Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável.

2.2.14. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado considerando-se o número de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

2.2.15. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

2.3. Sumário das práticas contábeis modificadas

No transcorrer de 2009 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos com implementação obrigatória para o ano 2010. Em 10 de novembro de 2009, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou a Resolução nº 1.281, que dispõe sobre a aplicação dos CPC aprovados no ano de 2009 relativos ao exercício de 2010 e sobre a adoção antecipada das normas contábeis que devem vigorar a partir de 2010. Esta resolução facultou as companhias a apresentar as demonstrações contábeis durante o exercício de 2010, conforme as normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.1, a Companhia preparou suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas vigentes em 31 de dezembro de 2009. Os principais efeitos esperados da adoção destes pronunciamentos são:

<i>CPC</i>	<i>Objetivo</i>
<i>CPC 27 - Ativo imobilizado</i>	<i>Estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, no que tange o reconhecimento, mensuração, depreciação e as perdas por desvalorização.</i>
<i>CPC 30 - Receitas</i>	<i>Estabelece os critérios para determinar o momento de reconhecimento da receita e as circunstâncias em que estes critérios são satisfeitos.</i>
<i>CPC 31- Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada</i>	<i>Estabelece a contabilização de ativos não circulantes mantidos para venda (colocados à venda) e a apresentação e divulgação de operações descontinuadas.</i>

3. Caixa e equivalentes de caixa

Representado por:

	30/06/10	31/03/10
<i>Caixa</i>	<i>509</i>	<i>980</i>
<i>Bancos</i>	<i>5.190</i>	<i>21.717</i>
<i>Aplicações financeiras</i>	<i>52.109</i>	<i>40.554</i>
	57.808	63.251

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Parcela significativa do saldo de aplicações financeiras em 30 de junho de 2010 (R\$28.640) encontra-se atrelada ao contrato de arrendamento financeiro celebrado para a compra das aeronaves modelo ATR e financiamento das aeronaves Embraer, sendo mencionada como parte da garantia desta operação.

4. Contas a receber de clientes

Representado por:

	30/06/10	31/03/10
<i>Cartões de créditos</i>	<i>64.278</i>	<i>67.325</i>
<i>Agentes de turismo</i>	<i>18.334</i>	<i>19.377</i>
<i>Rede postal noturna</i>	<i>1.310</i>	<i>1.576</i>
<i>Outros valores</i>	<i>1.291</i>	<i>335</i>
<i>Suplementação tarifária</i>	<i>8.069</i>	<i>7.274</i>
<i>Outros valores</i>	<i>100</i>	<i>100</i>
<i>(-) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)</i>	<i>(5.399)</i>	<i>(12.748)</i>
	87.983	83.239
<i>Parcela de curto prazo</i>	<i>79.814</i>	<i>75.865</i>
<i>Parcela de longo prazo</i>	8.169	7.374

Suplementação tarifária

A suplementação tarifária tem por finalidade incentivar a prestação de serviços aéreos regulares, em bases privadas, em ligações de baixo e médio potencial de tráfego realizado dentro da Amazônia Legal e de baixo potencial de tráfego executadas na região Nordeste do país. Os valores devem ser apurados pela Companhia e submetidos à aprovação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Em função da Companhia não estar recolhendo os valores de "Adicional tarifário" (vide Nota Explicativa nº 14), o recebimento da suplementação tarifária fica suspenso.

5. Estoques

Representado por:

	30/06/10	31/03/10
<i>Partes e peças de manutenção</i>	<i>34.937</i>	<i>26.383</i>
<i>Adiantamento a fornecedores</i>	<i>14.072</i>	<i>9.668</i>
<i>Outros</i>	<i>-</i>	<i>4.693</i>
	49.009	40.744

Os estoques estão representados por combustíveis, pneus e peças para manutenção e reposição que são aplicados diretamente na frota operacional (aeronaves) da Companhia. Adicionalmente, todos os valores adiantados a fornecedores para aquisição destes itens são contabilizados nesta rubrica.

6. Despesas do exercício seguinte

Representado por:

	30/06/10	31/03/10
<i>Seguros de financiamentos de aeronaves</i>	<i>10.434</i>	<i>10.557</i>
<i>Seguros de aeronaves</i>	<i>986</i>	<i>2.451</i>
<i>Comissões a apropriar</i>	<i>478</i>	<i>607</i>
<i>Outros</i>	<i>91</i>	<i>170</i>
	11.989	13.785
<i>Parcela de curto prazo</i>	<i>2.689</i>	<i>4.237</i>
<i>Parcela de longo prazo</i>	9.300	9.548

Seguros de financiamentos de aeronaves

Valores pagos às empresas de arrendamento mercantil a título de seguro (garantia) para as aquisições de aeronaves, com vigência equivalente ao período previsto para quitação dos financiamentos, correspondente a 144 meses. Em 30 de junho de 2010 as amortizações futuras estavam compostas da seguinte forma:

Ano	R\$
<i>Julho de 2010 a junho de 2011</i>	<i>1.005</i>
<i>Julho de 2011 a junho de 2012</i>	<i>1.005</i>
<i>Julho de 2012 a junho de 2013</i>	<i>1.005</i>
<i>Julho de 2013 a junho de 2014</i>	<i>1.005</i>
<i>Após</i>	<i>6.414</i>
	10.434

7. Depósitos em garantia e judiciais

Representado por:

	30/06/10	31/03/10
<i>Depósitos em garantia de arrendamentos</i>	8.625	7.350
<i>Depósitos judiciais</i>	1.795	1.159
	10.420	8.509

Depósitos em garantia de arrendamentos

Os depósitos em garantia de arrendamentos são denominados em Dólares norte americanos e são constituídos, principalmente, por depósitos efetuados junto à Avions Transport Regional (ATR), como caução em garantia do pagamento de parcelas dos contratos de arrendamento. Correspondem, aproximadamente, a três parcelas do valor do arrendamento mercantil contratado, não estão sujeitos a juros e são reembolsáveis ao final dos contratos de arrendamento.

8. Imobilizado líquido

Representado por:

	% - Taxa anual de depreciação e amortização	30/06/10	31/03/10
<i>Aeronaves (iv)</i>	10,6	554.571	490.381
<i>Equipamentos terrestres</i>	10	1.846	1.843
<i>Máquinas e equipamentos</i>	10	4.182	4.187
<i>Móveis e utensílios</i>	10	1.487	1.465
<i>Imóveis, edificações e benfeitorias em propriedade de terceiros</i>	4	8.916	7.881
<i>Equipamentos de informática</i>	20	3.486	3.473
<i>Veículos</i>	20	531	531
<i>Software</i>	20	758	756
<i>Peças de reposição rotativa (i)</i>	10	44.474	39.859
<i>Pré-pagamento de aeronaves (ii)</i>	-	8.537	7.950
<i>Imobilizado em andamento (iii)</i>	-	1.861	7.463
		630.649	565.789
<i>Depreciações acumuladas</i>		(75.583)	(62.536)
<i>Imobilizado líquido</i>		555.066	503.253

- (i) A Companhia mantém estoques de peças de utilização rotativa para as aeronaves, que sofrem manutenções periódicas e são contabilizadas no ativo imobilizado. O período de depreciação dessas peças segue a estimativa de vida útil adotada nas aeronaves;

- (ii) Refere-se a adiantamentos efetuados por conta da aquisição de 12 novas aeronaves, sendo sete aeronaves do modelo ATR-72-500 e cinco jatos modelo Embraer ERJ-175, que serão entregues até dezembro de 2010;
- (iii) Recursos transferidos às empresas ligadas do exterior Trip Worldwide LLC e Interair S/A para realização de pré-pagamentos à Embraer para aquisição de aeronaves modelo ERJ-175. Essas empresas são titulares dos contratos de aquisição das aeronaves, que posteriormente serão repassadas à Companhia. Os valores estão sujeitos à variação cambial e são compostos da seguinte forma:

	30/06/10	31/03/10
Trip Worldwide	1.861	7.463
	1.861	7.463

- (iv) Taxa média de depreciação, conforme apuração descrita a seguir:

Taxas de depreciação

As taxas de depreciação anual para as aeronaves foram revistas em 2009, atendendo as orientações contidas no CPC 13 (Aplicação inicial da Lei nº 11.638/07) e CPC 27 (Ativo imobilizado), passando a serem calculadas com base na vida útil-econômica dos bens que compõem este grupo (aeronaves), levando em consideração os valores residuais estimados. Esta avaliação foi efetuada levando-se em consideração a segregação das aeronaves em dois principais itens, sendo os seguintes os critérios de depreciação:

Componente da aeronave	Descrição do
Estrutura (casco)	Prazo de financiamento da aeronave, usualmente de 10 a 15 anos (período estimado de renovação da frota)
Motor	

Os gastos com manutenção relevantes (Check C e motores) são reconhecidos no ativo imobilizado e depreciados pelo período compreendido entre sua entrada em operação e a previsão da nova parada para manutenção (número de horas de voo).

Resumo de movimentação

A movimentação sintética do imobilizado encontra-se demonstrada a seguir:

	30/06/10	31/03/10	31/12/09
<i>Saldo inicial</i>	503.253	516.638	235.204
<i>Aquisições</i>	64.972	8.791	319.118
<i>Baixa</i>	-	(8.729)	-
<i>Variação cambial</i>	(112)	(693)	(3.499)
<i>Depreciação e amortização</i>	(13.047)	(12.754)	(31.451)
<i>Reclassificação de aeronave para alienação</i>	-	-	(2.734)
<i>Saldo final</i>	555.066	503.253	516.638
<i>Número de aeronaves</i>	20	19	19
<i>Aquisições no período</i>	1	-	09

9. Intangível líquido

Representado por:

	30/06/10	31/03/10
<i>Aquisição de rotas - Total (i)</i>	39.079	39.079
<i>Aquisição de rotas (ocidentais) - Rico (ii)</i>	13.059	13.059
<i>Aquisição de rotas (orientais) - Rico</i>	3.348	3.348
<i>Outros ativos</i>	3	3
	55.489	55.489
<i>Amortizações acumuladas</i>	(781)	(781)
<i>Intangível líquido</i>	54.708	54.708

(i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em janeiro de 2008, a Companhia adquiriu a operação de transporte de passageiros da Total Linhas Aéreas e passou a operar as rotas desta Empresa que atendia esse segmento;

(ii) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em julho de 2008 foram adquiridas as rotas ocidentais da Rico Linhas Aéreas.

Em 2009 a Companhia avaliou o valor recuperável ("impairment") do ágio pago em relação às rotas adquiridas nas empresas Total e Rico, não sendo apurado ajustes a serem contabilizados

10. Empréstimos e financiamentos

Representado por:

	30/06/10	31/03/10
<i>Capital de giro</i>	94.739	103.009
<i>Financiamento de aeronave</i>	235.023	188.956
<i>Arrendamento mercantil - financeiro</i>	181.355	174.780
<i>Arrendamento mercantil - operacional</i>	1.150	1.298
<i>Empréstimo vinculado e conta garantida</i>	9.184	8.827
<i>Outros</i>	45	49
	521.496	476.919
<i>Parcela de curto prazo</i>	50.575	59.439
<i>Parcela de longo prazo</i>	470.921	417.480

Os empréstimos e financiamentos por natureza estão descritos a seguir:

I. Capital de giro

Empréstimos obtidos junto às instituições financeiras relacionados a seguir com as seguintes características:

<i>Instituição</i>	<i>Captação</i>	<i>Juros</i>	<i>Vencimento</i>		<i>Saldo</i>
			<i>Primeira parcela</i>	<i>Última parcela</i>	
<i>Bradesco</i>	30.000	<i>De 1,8% a 2,8% a.a. + variação do CDI</i>	10/11	03/16	31.000
	30.000		08/11	06/14	37.070
	20.000		10/11	03/16	20.616
<i>Banestes</i>	741	<i>3,66% a.a. + variação do CDI</i>	10/09	10/11	809
	1.300		09/10	08/11	1.444
	620		03/10	02/12	642
<i>Banco do Brasil</i>	3.000	<i>3,11% a.a. + variação do CDI</i>	08/10	01/13	3.158
	95.661				94.739

II. Financiamento de aeronave

Os financiamentos de aeronaves próprias referem-se a linhas de créditos obtidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Brasil, para a aquisição de quatro aeronaves fabricadas pela Embraer, modelo ERJ-175.31. Até 30 de junho de 2010 quatro aeronaves foram adquiridas, tendo a seguinte composição de financiamento:

<i>Instituição financeira</i>	<i>Valor</i>	<i>Característica</i>
<i>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)</i>	75.770	<i>I</i>
<i>Banco do Brasil</i>	75.940	<i>I</i>
<i>Banco do Brasil (PSI) - I</i>	40.521	<i>II</i>
<i>Banco do Brasil (PSI) - II</i>	42.792	<i>III</i>
	235.023	

Característica I

Recursos liberados em junho de 2009, os quais serão corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescidos de juros próximos de 3,21% ao ano, para o Banco do Brasil e 2,71% ao ano para o BNDES. O pagamento do montante principal será realizado em 168 parcelas, com carência de 12 meses, iniciando-se em julho de 2010. Os juros, durante o período de carência, serão capitalizados e, após o mesmo, acompanharão o pagamento do principal.

Característica II

Recursos liberados em dezembro de 2009 e janeiro de 2010 (5% restantes), acrescido de juros de 4,5% ao ano. O pagamento do montante principal será realizado em 114 parcelas, com carência de seis meses, iniciando-se em julho de 2010. Os juros, durante o período de carência, são pagos trimestralmente e, após o mesmo, acompanharão o principal.

Característica III

Recursos liberados em maio de 2010, acrescido de juros de 4,5% ao ano. O pagamento do montante principal será realizado em 114 parcelas, com carência de seis meses, iniciando-se em novembro de 2010. Os juros, durante o período de carência, são pagos trimestralmente e, após o mesmo, acompanharão o principal.

III. Arrendamento mercantil - financeiro

Os arrendamentos mercantis financeiros (leasing) de aeronaves estão sujeitos à variação da cotação do Dólar americano acrescido de juros de 3% ao ano ou variação da taxa LIBOR de 12 meses, pagos trimestralmente, compostos da seguinte forma:

<i>Arrendadora</i>	<i>Quantidade de aeronaves</i>	<i>Vencimento</i>		<i>Saldo</i>
		<i>Primeira parcela</i>	<i>Última parcela</i>	
<i>Gie Trip Atrone</i>	4	09/08	11/20	109.679
<i>Voe Leasing One</i>	2	05/09	07/21	51.991
<i>Voe Leasing One - Motor</i>	1	12/09	12/21	5.859
<i>Outros</i>	7	12/07	01/12	13.826
				181.355

IV. Arrendamento mercantil - operacional

A Companhia possui nove aeronaves na modalidade de arrendamento mercantil operacional, sendo todos os contratos celebrados com as empresas "ATR", "ECC" e "GECAS". Os contratos possuem vigência de cinco anos e seus vencimentos estão previstos para ocorrerem nos anos de 2011 (dois contratos), 2012 (sete contratos) e 2014 (quatro contratos). Os valores contabilizados no passivo circulante referem-se ao aluguel a ser pago no mês subsequente a estas demonstrações contábeis.

V. Empréstimo vinculado e conta garantida

<i>Instituição</i>	<i>Captação</i>	<i>Juros</i>	<i>Saldo</i>
<i>Banco Santos</i>	<i>4.000</i>	<i>1% a.m. + variação do CDI</i>	<i>9.184</i>

Empréstimo captado em meados de 2004, vinculado a um investimento em debêntures da “Sanvest Participações S/A”, empresa afiliada ao Banco Santos S/A, liquidado pelo Banco Central do Brasil (BCB) em 2004.

Durante o exercício de 2009, a Companhia atualizou o saldo do referido empréstimo, regularizando saldo a pagar para esta instituição financeira. Parte desta atualização refere-se a anos anteriores (R\$3.984) e foi contabilizada como “ajuste de exercícios anteriores”.

A Companhia efetuou em 2009 a provisão para perda do valor até então mantido no ativo não circulante (R\$3.000) e efetuou o reconhecimento dos juros apurados desde a data de captação do referido empréstimo.

A Companhia vem mantendo negociação administrativa e judicial com o liquidante da referida instituição financeira com o objetivo de vincular os processos atualmente existentes para reduzir os valores devidos, utilizando o saldo de aplicação financeira para amortizar os empréstimos, não existindo decisões judiciais finais sobre o mérito da questão.

Garantias

As linhas de financiamentos possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

Obrigações contratuais - “covenants”

Os contratos celebrados entre as partes preveem certas condições em que poderão ser exigidas as liquidações antecipadas da dívida (“covenants”), sendo as principais:

- Apresentação das demonstrações contábeis auditadas até 30 de junho de cada ano;
- Não realizar transações financeiras com seus controladores, controladas e/ou coligadas que comprometam a capacidade de pagamento do financiamento;
- Inadimplência do contrato;
- Não promover alteração societária da Companhia e seus fiadores relacionadas à liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização sem autorização prévia da instituição financeira;
- Não constituir penhor ou gravame sobre os bens dados em garantia;
- Fornecer informações sobre o estado das aeronaves periodicamente;
- Sempre que solicitado, deve apresentar a comprovação do pagamento de todos os impostos e encargos incorridos sobre as aeronaves
- Não utilizar as aeronaves para fins de treinamento;
- Manter em plena vigência todos os certificados, licenças e alvarás para o uso das aeronaves;
- Apresentar índices relacionados, principalmente, a liquidez, EBITIDAR, serviço da dívida do exercício e patrimônio líquido.

A Companhia acompanha periodicamente as cláusulas previstas no contrato, não havendo indícios de descumprimento das mesmas.

Composição da parcela de longo prazo

Em 30 de junho de 2010, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

<i>Ano</i>	<i>Capital de giro</i>	<i>Financiamento de aeronave</i>	<i>Arrendamento financeiro</i>	<i>Empréstimo vinculado e conta garantida</i>	<i>Outros</i>	<i>Total</i>
2011	5.087	21.686	20.034	-	45	46.852
2012	15.251	13.953	16.746	-	-	45.950
2013	13.989	13.683	15.874	-	-	43.546
2014	13.251	13.683	15.875	-	-	42.809
Após 2014	42.232	142.697	97.651	9.184	-	291.764
	89.810	205.702	166.180	9.184	45	470.921

11. Fornecedores

Representado por:

	30/06/10	31/03/10
<i>Fornecedores nacionais</i>	17.451	15.316
<i>Fornecedores estrangeiros</i>	20.771	15.889
<i>Fornecedor de combustível</i>	15.727	18.034
	53.949	49.239
<i>Parcela de curto prazo</i>	47.398	42.161
<i>Parcela de longo prazo</i>	6.551	7.078

Fornecedor de combustível

O saldo a pagar ao fornecedor de combustível está composto da seguinte forma:

	30/06/10
<i>Fornecimento de combustível</i>	7.018
<i>Fornecimento de combustível - renegociação (i)</i>	3.709
<i>Mútuo com cláusulas de bonificação (ii)</i>	5.000
	15.727

(i) Renegociação de dívida entre a Companhia e a Petrobras Distribuidora S/A relativa ao fornecimento de combustível do período de 2002 a 2007. O saldo é corrigido pela variação do CDI, acrescido de juros mensais de 0,20%, com vencimento final previsto para março de 2012;

(ii) Valores adiantados à Companhia a título de mútuo com a Petrobras Distribuidora S/A que tem por finalidade a exclusividade no fornecimento de combustível. O saldo era composto, até maio de 2010, por dois contratos onde os valores não seriam pagos à Petrobras caso a Companhia atingisse um valor determinado de consumo de combustível até março de 2013 (primeiro contrato) e dezembro de 2011 (segundo contrato). Em maio de 2010 a Companhia atingiu a meta estipulada no primeiro contrato, sendo efetuada a baixa do saldo relacionado a esta operação (R\$5.000) na conta de receita financeira. A contagem do segundo contrato teve início em junho de 2010.

12. Obrigações trabalhistas e tributárias

Representado por:

	30/06/10	31/03/10
Obrigação trabalhista		
Fundo de Garantia do Trabalhador Social (FGTS)	573	548
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)	2.645	2.615
Com pessoal - salários/outros	5.580	4.863
Provisão - férias, 13º e encargos	14.700	11.341
Outros	219	264
	23.717	19.631
Obrigação tributária		
Federais		
Contribuição Social para Seguridade Social (COFINS)	1.666	1.635
Programa de Integração Social (PIS)	361	354
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.807	1.478
Parcelamento de tributos - REFIS IV	6.263	6.454
Outros	720	516
	10.817	10.437
	34.534	30.068
Parcela de curto prazo	29.389	24.591
Parcela de longo prazo	5.145	5.477

Parcelamento de tributos - REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941, e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil (RFB) instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de "REFIS IV". Este programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre estes débitos.

Este parcelamento prevê, entre outras: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos valores remanescentes de multa e juros, cuja consolidação dos débitos ocorrerá no ano de 2010. A atualização dos débitos será pela taxa SELIC.

Em 25 de novembro de 2009 a Companhia formalizou a opção pelo referido programa de débitos anteriormente já constantes de outros parcelamentos ordinários de 60 meses e do PAEX, relativos a débitos de PIS e COFINS.

13. Transportes a executar

Referem-se às obrigações correspondentes a bilhetes vendidos e ainda não utilizados pelos usuários (transporte de passageiros) que permanecem nesta conta por um prazo máximo de 12 meses. Esses valores são reconhecidos no resultado quando da efetiva prestação do serviço. Em 30 de junho e 31 de março de 2010 a composição do saldo por data de vencimento de passagens encontra-se demonstrada a seguir:

	30/06/10	31/03/10
<i>Vencidos</i>		
<i>Até 180 dias</i>	<i>16.950</i>	<i>15.958</i>
<i>De 181 dias a 365 dias</i>	<i>9.739</i>	<i>7.100</i>
<i>Acima de 365 dias</i>	<i>1.019</i>	<i>756</i>
	<i>27.708</i>	<i>23.814</i>
<i>A vencer</i>		
<i>Até 180 dias</i>	<i>27.767</i>	<i>20.714</i>
<i>De 181 dias a 365 dias</i>	<i>625</i>	<i>381</i>
	<i>28.392</i>	<i>21.095</i>
<i>Total - bilhetes emitidos</i>	<i>56.100</i>	<i>44.909</i>
<i>(-) Provisão para baixa de valores</i>	<i>(1.198)</i>	<i>(851)</i>
<i>(+) Taxa de embarque</i>	<i>3.286</i>	<i>2.642</i>
<i>Total apurado</i>	<i>58.188</i>	<i>46.700</i>

14. Adicional tarifário

Conforme exigido pela Portaria DAC nº 145/FGAC de 31 de janeiro de 2001 e Instrução de Aviação Civil nº 1.302, regulamentação específica do setor de aviação, a Companhia deve recolher o valor de 1% de seu faturamento com transporte de passageiros ao fundo administrado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). A Companhia vem discutindo judicialmente os valores devidos e a validade desta cobrança, sendo que já obteve êxito em primeira instância, não havendo sentença final sobre o mérito da questão.

15. Contas a pagar por aquisições de rotas

Representado por:

	30/06/10	31/03/10
<i>Aquisição de rotas - Total</i>	<i>4.924</i>	<i>4.378</i>
<i>Aquisição de rotas - Rico</i>	<i>4.243</i>	<i>6.005</i>
	9.167	10.383
 <i>Parcela de curto prazo</i>	 9.167	 10.383

15.1. Total Linhas Aéreas S/A (parte relacionada)

Conforme citado na Nota Explicativa nº 1, em janeiro de 2008 a Companhia adquiriu as rotas de transporte de passageiros da Total pelo valor total de R\$58.307. Como parte de pagamento, esta empresa passou a deter o percentual de 9,3% da Companhia, correspondente a R\$6.733 do montante devido. Do saldo remanescente (R\$51.574), R\$41.574 foi quitado por meio de recursos financeiros até 31 de setembro de 2009, sendo que os R\$10.000 (R\$12.478 atualizado em 31 de dezembro de 2009) restantes têm vencimento previsto para janeiro de 2010, devendo ser corrigido por 80% da variação do CDI.

Em janeiro de 2010, no pagamento da parcela final, foram apuradas retenções, previstas em contrato, que reduziram o saldo devedor para R\$7.696. Como não houve o aceite deste valor por parte da Total, o valor apurado foi depositado em juízo, sendo impetrada ação judicial para resguardar os direitos da Companhia.

15.2. Rico Linhas Aéreas S/A

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, em julho de 2008 a Companhia adquiriu as rotas ocidentais da Rico pelo valor total de R\$13.150, dos quais R\$1.500 foram pagos na assinatura do contrato e o saldo remanescente será pago em cinco parcelas corrigidas pela variação mensal do IGPM-FGV. Em 30 de junho de 2010 restavam duas parcelas a serem pagas, conforme demonstrado a seguir:

<i>Vencimento</i>	<i>Valor corrigido</i>
<i>Curto prazo</i>	
<i>24/07/10 (vencimento alterado para 24 de setembro de 2010)</i>	<i>2.243</i>
<i>24/01/11</i>	<i>1.900</i>
	<i>4.243</i>

16. Contas a pagar

Representado por:

	<i>30/06/10</i>	<i>31/03/10</i>
<i>Provisão para manutenção e outros</i>	<i>3.077</i>	<i>4.690</i>
<i>Comissões a pagar - agências</i>	<i>-</i>	<i>1.748</i>
<i>Receitas a incorrer - "leasing back"</i>	<i>2.519</i>	<i>2.861</i>
<i>Taxas e tarifas de embarque a repassar</i>	<i>3.677</i>	<i>4.494</i>
<i>Seguro de aeronaves</i>	<i>1.021</i>	<i>2.048</i>
<i>Aluguéis</i>	<i>366</i>	<i>622</i>
<i>Outros</i>	<i>1.605</i>	<i>3.769</i>
	<i>12.265</i>	<i>20.232</i>
<i>Parcela de curto prazo</i>	<i>10.404</i>	<i>18.212</i>
<i>Parcela de longo prazo</i>	<i>1.861</i>	<i>2.020</i>

17. Provisão para contingências

17.1. Perdas prováveis

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis, em discussão. Em 30 de junho de 2010 a Companhia possuía registrados os seguintes valores a título de provisão para cobrir riscos prováveis:

	<i>Trabalhista</i>	<i>Cível</i>	<i>R\$</i>
<i>Saldo em 31/12/09</i>	4.956	710	5.666
<i>Movimentação</i>	-	-	-
<i>Saldo em 30/06/10</i>	4.956	710	5.666

Provisões trabalhistas

Em 30 de junho de 2010, a Companhia era parte em 73 ações trabalhistas, sendo o valor total pleiteado nesses processos, quando classificados com risco de perda provável de R\$2.640, sendo integralmente reconhecidos contabilmente. Além dos valores provisionados, a Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$448, registrados no ativo não circulante, para estes processos.

Adicionalmente, existem outros questionamentos de natureza previdenciária que podem gerar desembolsos futuros à Companhia. Com base em análise e controles internos, foi constituída uma provisão de R\$2.316 para fazer frente a esses possíveis desembolsos.

Provisões cíveis

Em 30 de junho de 2010, a Companhia era parte em 162 ações cíveis, sendo o valor total pleiteado nestes processos, quando classificados com risco de perda provável é de R\$710, sendo integralmente reconhecidos contabilmente. As contingências cíveis referem-se, principalmente, a passageiros que tiveram seus vôos interrompidos ou não atendidos, em decorrência de fatores não gerenciáveis pela Administração. Os valores individuais e quantidade de casos não são significativos, quando comparados ao volume de passageiros transportados pela Companhia.

17.2. Perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<i>Estimativa</i>
<i>Tributária</i>	6.889
<i>Trabalhista</i>	20
<i>Cível</i>	2.210

Processos tributários

Em 31 de março de 2010, a Companhia era parte em 14 ações tributárias, sendo as principais relacionadas ao questionamento da incidência do Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as aeronaves adquiridas por meio de arrendamento mercantil na modalidade operacional.

18. Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de junho e 31 de março de 2010, o capital social totalmente subscrito e integralizado era representado por 84.166.666 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 04 março de 2010, a Companhia recebeu o terceiro aporte de capital da empresa SkyWest no montante de R\$17.910, sendo R\$14.286 contabilizado como reserva de ágio, passando deter uma participação de 20,00%.

Em 08 de abril de 2009, a Total Linhas Aéreas S/A vendeu sua participação acionária de 9,33% para a Rio Novo Locações Ltda., empresa pertencente ao Grupo Águia Branca.

Em 01 março de 2009, a Companhia recebeu o segundo aporte de capital da empresa SkyWest no montante de R\$36.479, sendo R\$28.106 contabilizado como reserva de ágio, passando deter uma participação de 16,40%.

Em 14 de outubro de 2008 a SkyWest Inc., passou a ser acionista da Companhia por meio do aporte inicial de R\$8.075, sendo R\$3.240 contabilizado como reserva de ágio, adquirindo uma participação acionária de 6,7%.

Em 14 de outubro de 2008 a Total Linhas Aéreas S/A passou a ser acionista da Companhia por meio do aporte de R\$6.733, adquirindo uma participação acionária de 9,3%.

Reserva de ágio (reservas de capital)

O saldo representado por aportes de novos acionistas, apurados pela diferença entre os valores pagos e os atribuídos a cada ação, conforme demonstramos a seguir:

	<i>Aporte total</i>	<i>Subscrito</i>	<i>Ágio</i>
<i>Aporte da Águia Branca</i>			
<i>Participações em 10/09/06</i>	<i>43.608</i>	<i>8.228</i>	<i>38.308</i>
<i>Aporte da SkyWest em 14/10/08</i>	<i>8.075</i>	<i>4.835</i>	<i>3.240</i>
<i>Aporte da SkyWest em 01/03/09</i>	<i>36.479</i>	<i>8.373</i>	<i>28.106</i>
<i>Aporte da SkyWest em 04/03/10</i>	<i>17.910</i>	<i>3.624</i>	<i>14.286</i>
	<i>106.072</i>	<i>25.060</i>	<i>83.940</i>

Distribuição de lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as seguintes destinações, após a compensação dos prejuízos acumulados:

- 5% para reserva legal, até o limite de 20% do capital social integralizado;
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e a formação de reserva para contingências).

19. Imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Saldos correntes

Constituídos conforme as alíquotas vigentes, com base no lucro ajustado (lucro real) para fins tributários.

Conciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social

	30/06/10
<i>Lucro antes das provisões tributárias</i>	(16.505)
<i>Diferenças temporárias não dedutíveis</i>	
<i>(-) Amortização de ágio realizado apenas nos controles fiscais (aquisição de rotas)</i>	(2.365)
<i>(-) Exclusão de provisão para manutenção</i>	(206)
<i>(+) Adição de despesas com variação cambial que serão tributadas pelo regime de caixa</i>	4.789
<i>(+) Provisão para tributos questionados</i>	183
<i>(+) Outras adições</i>	318
<i>Adequação a Lei nº 11.638/07 - adição/exclusão dos ajustes relacionados a adequação de prática contábil</i>	
<i>(-) Exclusão das parcelas pagas dos arrendamentos mercantis, mantendo a prática fiscal vigente até 31 de dezembro de 2007, conforme orientações contidas na Lei 11.941/09.</i>	(4.914)
<i>(+) Adição das depreciações e juros apurados nas operações de arrendamento mercantil que foram contabilizados em conformidade com o CPC 06</i>	8.938
<i>(=) Prejuízo fiscal do exercício</i>	(9.762)

Saldos diferidos

Ativo não circulante

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, classificados no ativo não circulante, no montante de R\$11.828, se referem a créditos sobre prejuízos fiscais de anos anteriores (R\$13.480) subtraído do valor utilizado para abatimento dos juros e multas apurados por meio do REFIS IV (R\$1.652), conforme previsto na Lei nº 11.941/09 que autorizou o programa de parcelamento dos débitos federais.

Passivo não circulante

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, classificados no passivo não circulante, no montante de R\$18.969 referem-se à reserva de reavaliação e a diferenças originadas dos ajustes da Lei nº 11.638, relacionados principalmente com a revisão da vida útil-econômica dos bens do ativo fixo - veículos e equipamentos, diferença temporárias referentes à provisão para manutenção e variações cambiais, conforme demonstrado a seguir:

<i>Crédito tributário</i>	<i>Base de apuração</i>		
	<i>Saldo em 31/12/09</i>	<i>Movimentação</i>	<i>Saldo em 30/06/10</i>
<i>Exclusão das variações cambiais registradas pela competência que serão tributadas pelo regime de caixa</i>	<i>(44.363)</i>	<i>6.465</i>	<i>(37.898)</i>
<i>Reversão de provisão para manutenções</i>	<i>244</i>	<i>(243)</i>	<i>1</i>
<i>Reversão de provisão para contingências</i>	<i>2.025</i>	<i>-</i>	<i>2.025</i>
<i>Revisão da vida útil do ativo imobilizado</i>	<i>(8.226)</i>	<i>-</i>	<i>(8.226)</i>
<i>Exclusão das parcelas pagas dos arrendamentos mercantis, mantendo a prática fiscal vigente até 31 de dezembro de 2007, conforme orientações contidas na Lei nº 11.941/09.</i>	<i>(38.015)</i>	<i>2.288</i>	<i>(35.727)</i>
<i>Adição das depreciações e juros apurados nas operações de arrendamento mercantil que foram contabilizados em conformidade com o CPC 06</i>	<i>32.016</i>	<i>5.014</i>	<i>37.030</i>
<i>Provisão para tributos questionados</i>	<i>528</i>	<i>183</i>	<i>711</i>
	<i>(55.791)</i>	<i>13.707</i>	<i>(42.084)</i>
<i>Alíquota total dos tributos diferidos (25% para IRPJ e 9% para CSLL)</i>		<i>34%</i>	
<i>Total dos tributos diferidos</i>	<i>(18.969)</i>	<i>4.660</i>	<i>(14.309)</i>

20. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros com coberturas e limites de indenização considerados suficientes pela Administração para cobrir os principais riscos sobre seus ativos. As coberturas de seguros são:

Aeronave

As coberturas e limites de indenização contratadas são as seguintes:

- Casco: US\$35.000.000;
- Responsabilidade civil (danos corporais e/ou à propriedade) de até US\$350.000.000;
- Risco de guerra: US\$35.000.000.

Os valores das franquias podem ser de US\$100.000 (ATR) e US\$500.000 (jatos Embraer), resguardados em contrato, sendo ressalvados casos específicos para sua aplicação.

O governo brasileiro, por meio da Lei nº 10.744, de 09 de outubro de 2003 e Decreto nº 5.035 de 05 de abril de 2004, assumiu o compromisso de cobrir eventuais despesas de responsabilidade civil perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, que possam vir a ser exigidas da Companhia. Conforme regulamentado pela referida lei, as despesas de responsabilidade civis assumidas pelo Governo Federal ficam limitadas ao equivalente em Reais a US\$1 bilhão.

Seguro de danos

São transferidos, também, para o mercado segurador, os principais riscos de danos ao patrimônio físico da Companhia, protegendo seus ativos de desembolsos vultosos e/ou inesperados.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

21. Instrumentos financeiros

a) Considerações sobre riscos

Riscos de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a qual está disposta a sujeitar-se no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

Risco de preço dos combustíveis “commodity risk”

O preço do Querosene de Aviação (QAV) é um dos maiores componentes de risco de mercado nas empresas aéreas. No Brasil, o preço de refinaria do QAV é definido pela Petrobras, com base em preços internacionais. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos para se proteger contra variações de preço do QAV. O combustível consumido representa, aproximadamente, 30% dos custos da unidade de transporte aéreo.

Riscos de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 30 de junho de 2010, a Companhia possuía passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessa data:

	30/06/10	
	US\$ - Moeda estrangeira	R\$
<i>Fornecedores</i>	<i>11.530</i>	<i>20.771</i>
<i>Arrendamento mercantil</i>	<i>100.669</i>	<i>181.355</i>
	112.199	202.126

b) Valorização dos instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações, estabelecidas pela Administração. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- **Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** os saldos em conta corrente mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos na data-base do balanço. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado;
- **Partes relacionadas a receber/pagar:** apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado;
- **Empréstimos e financiamentos:** os valores de mercado para os empréstimos e financiamentos são idênticos aos dos saldos contábeis, sendo atualizados, conforme cláusulas previstas nos contratos.

c) Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco.

22. Benefícios a empregados

A política de benefícios tem por objetivo assegurar o bem estar dos funcionários e também de seus familiares e, por esta razão, a Companhia oferece assistência médica, seguro de vida, vale-refeição ou vale-alimentação, programa de treinamento interno e vale-transporte.